

ÍNDICE

6.4.2.8.2.1 -	Dinâmicas e Classificações Locais dos Padrões de Ocupação do	
	Território	1/10

6.4.2.8.2.1 - Dinâmicas e Classificações Locais dos Padrões de Ocupação do Território

Esta seção traz uma caracterização dos tipos de ocupação do espaço na região do empreendimento. Busca-se, com isso, apresentar as categorias utilizadas pela população local para classificação do espaço.

▪ Povoados

Segundo a classificação cartográfica do IBGE define-se Povoado como:

“Localidade que tem as características de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela.”

(http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html)

A noção de povoado aqui considerada, entretanto, assume as formas de classificação locais. Nesse sentido, cabe ressaltar as características semelhantes às delineadas pelo mesmo IBGE para as unidades de aglomerado rural, que coincidem com as feições de ocupação do território identificadas nos povoados da AID deste empreendimento. De acordo com estas definições, um aglomerado rural caracteriza uma:

“Localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação.” (idem)

Dessa forma, consideram-se povoados as pequenas localidades, vilas ou aglomerações, distantes da sede do município, cuja vida social é estruturada a partir da economia

rural. Em alguns destes encontram-se igrejas, de orientação católica ou evangélica, cemitério e pequenos comércios.

Os povoados rurais identificados ao longo do traçado do empreendimento têm sua vida econômica e social relacionada à presença da agricultura e da pecuária. As comunidades rurais identificadas são acessadas através de estradas de terra batida (vicinais) e o acesso aos serviços de saneamento é precário ou inexistente. Não existe coleta de lixo nos povoados rurais da AID. O abastecimento de água, nos trechos do Tocantins e do Maranhão, se dá primordialmente por cacimbas ou poços artesanais. Nos municípios do Piauí e do semiárido baiano, o acesso à água é um tema sensível em vistas da escassez hídrica da região. Nestas localidades, a instalação de poços artesanais pelas prefeituras locais nem sempre é efetiva, havendo também o armazenamento de águas pluviais através de cisternas do Programa Federal “Um milhão de cisternas” e fornecimento, em muitos dos casos, através de carros-pipa também advindo de programa governamental federal de atendimento de emergência às áreas atingidas pela seca.

A grande maioria da população dos povoados conta com a visita periódica do agente de saúde do Programa Saúde da Família (PSF), havendo que se deslocar, para um primeiro atendimento, para as Estruturas de Saúde da Família presentes em alguns povoados ou às redes de atendimento das sedes municipais.

A maioria das casas conta com fornecimento de energia elétrica, sendo importante notar que, sobretudo no estado do Tocantins, a chegada da luz elétrica, via Programa Luz para Todos do Governo Federal, é recente.

Alguns povoados possuem escolas municipais que atendem ao ensino fundamental, atuando como polos regionais para o acesso a este serviço. Para cursar o ensino médio os estudantes se deslocam para as sedes municipais, com transporte escolar fornecido pelas prefeituras. A organização social é caracterizada por entidades representativas pouco atuantes ou inativas. Uma exceção são aquelas voltadas para produção de café, farinha de mandioca e cítricos, e as associações ligadas à questão quilombola, todas localizadas no estado da Bahia.

No semiárido baiano, a forte estiagem que atinge a região há cerca de 4 anos ocasiona drástica redução da produtividade rural, intensificando movimentos migratórios,

sazonais ou permanentes. Os habitantes dessas áreas saem de seus locais de moradia para trabalhar na colheita de cana-de-açúcar, nos estados de São Paulo e Goiás, na colheita de algodão, na região de Luís Eduardo Magalhães ou na construção civil, em Salvador.

Sobretudo nesta região, as famílias contam com o Bolsa Família e aposentadorias para a complementação da renda.

As formas de organização do território nas áreas em que predomina a pequena produção rural de subsistência, todavia, variam conforme as formas de utilização e disponibilidade dos recursos naturais e em função dos contextos históricos de ocupação diferenciados.

As comunidades e povoados rurais da AID no estado do Tocantins são caracterizados por um modo de vida associado a uma forte dependência dos recursos naturais para sua reprodução socioeconômica, à reduzida circulação financeira, além de expressiva autossuficiência em relação à sua subsistência. Observa-se a presença de roçados coletivos e a estruturação do espaço a partir das relações de família.

Em muitas destas localidades o extrativismo vegetal do pequi, buriti, coco babaçu, e bacaba é praticado como forma de suprir as necessidades do dia a dia das famílias. Não há a comercialização destes produtos. O padrão construtivo das casas, com paredes de adobe, telhado e muitas vezes paredes de palha de piaçava evidencia a relação estreita desta população com o ambiente natural em que vivem e o significado dos territórios habitados para reprodução da vida social.

Nestas áreas, a referência territorial para os moradores não são as rodovias, vias de acesso ou bairros, mas os nomes das fazendas que definem as regiões. Muitas vezes os povoados agregam famílias extensas, cada uma com sua respectiva porção de terra e residência.

▪ **Fazendas**

Diferentes arranjos produtivos caracterizam as fazendas identificadas ao longo da Área de Influência Direta da LT 500 kV Miracema – Sapeaçu e Subestações Associadas. Podem-se citar três tipos de propriedades rurais de maior porte encontradas neste trecho:

- ▶ As grandes fazendas de produção mecanizada de gêneros como soja, algodão, milho, sorgo e cana-de-açúcar para abastecimento dos mercados interno e externo, presentes nos municípios de Rio dos Bois (TO), Pedro Afonso (TO), Alto Parnaíba (MA), Santa Filomena (PI), Santa Rita de Cássia (BA) e Riachão das Neves (BA);
- ▶ Fazendas dedicadas à produção pecuária de corte, predominantes em diversos municípios ao longo de toda a área;
- ▶ Fazendas de produção de cítricos localizadas em Sapeaçu (BA);
- ▶ Propriedades dedicadas ao cultivo irrigado de frutíferas e hortaliças em grande escala para o mercado interno, localizadas no município de Ibicoara (BA).

Entre as três últimas modalidades, a produção destina-se, em parte, aos mercados e feiras dos municípios que se encontram na AID do empreendimento, assim como os polos regionais, além de alguns outros estados. Algumas fazendas têm sua produção voltada para a exportação, principalmente as que concentram o plantio de cítricos: limão, tangerina e laranja.

A dinâmica socioeconômica das fazendas está intimamente relacionada àquela dos diversos povoados rurais do seu entorno, sendo comum o emprego sazonal de mão de obra de seus habitantes nas épocas de colheita, com o pagamento de diárias que giram em torno de R\$ 30,00.

As sedes das fazendas, de uma forma geral, apresentam construções de bom padrão construtivo que funcionam como residência e sede administrativa do empreendimento rural. Nos locais, além da construção principal, há construções menores que geralmente abrigam funcionários fixos e mais as construções de apoio à atividade produtiva, como currais, galpões de insumos e maquinário.

Algumas fazendas contam com vilas de trabalhadores, abrigando entre um e dez famílias de empregados fixos. Em grande parte das situações, a relação de trabalho é mantida pela contratação de empregadas diárias.

▪ Assentamentos Rurais

A presença de assentamentos rurais é também expressiva como forma de organização territorial do povoamento na AID. Os assentamentos identificados na AID do empreendimento localizam-se nos municípios de Miracema do Tocantins (TO), Rio dos Bois (TO), Riachão das Neves (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), Livramento de Nossa Senhora (BA), Ibicoara (BA), Iramaia (BA), Marcionílio Souza (BA) e Maracás (BA).

Nos projetos de assentamento, a principal atividade é a agricultura de base familiar, voltada inicialmente para a autossuficiência de bens alimentares e também para a produção de alguns gêneros presentes no cenário produtivo da área do seu entorno. É o caso da produção de café no PA Pai Inácio, em Ibicoara (BA), e de abacaxi no PA Paulo Freire I, em Miracema do Tocantins (TO). O assentamento do Distrito de Irrigação do Brumado se diferencia dos demais pela presença de infraestrutura de irrigação para fruticultura, inserindo-se em um modelo de produção em maior escala para abastecimento do mercado interno.

De uma forma geral representam importantes pontos de referência para as comunidades do entorno, em razão da existência de escola, posto de saúde, pequenas redes comerciais e áreas de lazer.

Entre as entidades atuantes na organização social desses assentamentos, pode-se destacar o MST, a Associação do Distrito de Irrigação do Brumado, que congrega a organização das atividades produtivas realizadas nos três blocos do assentamento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), e o Movimento de Luta pela Terra (MLT), que atua no PA Pai Inácio (Paraguaçuzinho).

Os processos de formação e organização política dos diversos assentamentos diferem, apontando para processos de mobilização social e política diversos.

O assentamento Mundo Novo, localizado em Miracema do Tocantins, formou-se há mais ou menos 13 anos, oriundo do deslocamento e reassentamento de uma comunidade removida por ocasião das obras da Usina Hidrelétrica de Lajeado, cujo reservatório atingiu áreas dos municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Palmas e Porto Nacional. Os moradores destinam parte das terras para a horta coletiva que abastece os moradores e a escola. A presença de escola dentro do assentamento

possibilita que as novas gerações estudem e atuem no trabalho da lavoura, contribuindo para a rede associativa da comunidade.

O assentamento Boa Esperança, em Miracema do Tocantins (TO), se constituiu há cerca de quatro anos, com a compra dos lotes coletivamente através do Crédito Fundiário. As famílias, nesse assentamento possuem em média três alqueires de terra, onde produzem uma variedade de alimentos que em geral são comercializados entre os próprios moradores, criando internamente uma rede de comércio.

O assentamento Paulo Freire I, em Rio dos Bois (TO), foi formado em 2001, articulado pelo MST, com 45 famílias assentadas em terras do INCRA, em lotes de 4,5 alqueires cada.

Em Bom Jesus da Lapa (BA) o assentamento Boa Esperança foi fundado há 13 anos e é alinhado ao MST. Nele vivem e produzem 28 famílias originárias do próprio município. Os lotes variam entre 10 e 20 hectares e são utilizados para as roças e subsistência, como milho e mandioca, e o plantio comercial de feijão e melancia. A área foi desapropriada em 1999 pelo INCRA e o assentamento foi criado no ano seguinte.

O Distrito de Irrigação de Brumado, em Livramento de Nossa Senhora, é um caso diferenciado, pois não está vinculado diretamente a algum instituto de terras, seja federal ou estadual. Trata-se de um projeto de grande porte, que atende a mais de 800 famílias na AID, implantado pelo DNOCS. A implantação do perímetro irrigado foi iniciada no ano de 1977 e os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum foram implantados no ano de 1986.

O projeto consiste em deslocamento de água por gravidade da barragem do rio Brumado. A água alimenta pequenas propriedades arrendadas pelo DNOCS para os produtores para a produção de fruticultura, manga principalmente, mas também plantio de maracujá e banana. A produção de frutas é vendida para atravessadores que revendem para o estado de São Paulo.

O projeto de assentamento Pai Inácio (Paraguaçuzinho) localiza-se no município de Ibicoara (BA), a 1.209 m da LT. Foi criado há 15 anos, sete dos quais acampados na região. O assentamento está ligado ao MLT e não há registro de conflitos no processo de assentamento destas famílias.

Distante cerca de 1.146 m da LT e acessado por uma vicinal, identificou-se o Projeto de Assentamento Boa Sorte no município de Iramaia (BA). Após três anos acampados na Fazenda Dandara, próxima à localidade, uma grande fazenda foi desapropriada pelo governo federal na região e as 370 famílias foram assentadas no ano de 2003. Estas hoje, formam o PA ligado ao MST.

▪ Bairros e Distritos

Os bairros e distritos identificados dentro do corredor de estudo do empreendimento concentram-se nos trechos 5 e 6 do traçado, mais fortemente no trecho final, entre Ibicoara e Sapeaçu.

São localidades estruturadas, em grande parte das vezes, com ruas pavimentadas com bloquetes ou paralelepípedos; sistema de distribuição de energia e água, assim como coleta de lixo. Não há **saneamento** básico nestas localidades. Alguns são atendidos pelo sistema de transporte público local e os estudantes, quando necessário, utilizam sistema de transporte escolar gratuito fornecido pelas prefeituras. Todos os bairros e distritos são atendidos por agentes de saúde. Alguns dos bairros e distritos possuem igrejas, católica e protestante, e em alguns deles, há cemitério.

A maioria dos bairros e distritos identificados carece de atividades e espaços de lazer e cultura. As festas, em sua maioria, estão ligadas à igreja e à escola locais, sendo preciso locomover-se até a sede dos municípios a que pertencem para participar dos eventos culturais e de lazer. Nestes bairros e distritos, além da atividade agropecuária, há moradores que trabalham no comércio, na prestação de serviços, em empresas, e como funcionários públicos.

Os distritos são uma importante referência para povoados rurais na procura por comércio, incluindo as feiras livres onde são comercializados os produtos rurais dos povoados do entorno, e serviços públicos.

▪ Sedes Municipais

As sedes municipais identificadas na AID do empreendimento são frequentadas pela população residente nos povoados para vender a produção excedente, utilizar os serviços de educação e saúde que não se encontram próximos aos locais onde reside, além de serem considerados polos de circulação.

Nas sedes, é possível encontrar espaços de transição entre a área rural e urbana, também chamados de bairros onde a presença de ocupações irregulares e a falta de serviços públicos são recorrentes.

Acompanhando o caminhamento da LT a partir de Miracema do Tocantins, encontramos a sede municipal de **Monte Alegre do Piauí (PI)** no trecho 3, localizada dentro da AID, distante cerca de 800 metros do traçado. O comércio é representado por pequenos supermercados, farmácias e lojas de bens de consumo. Atualmente, o setor público e o setor de comércio e serviços são responsáveis por mais de 70% dos empregos gerados no município.

A sede do município de **Baianópolis (BA)** está distante cerca de 2.100 m da LT. O principal acesso à localidade é a BR-430, que, em suas margens, recebe o impacto da expansão da zona urbana do município. Segundo o IBGE (2010), a sede do município abriga aproximadamente 1000 famílias. A maior parte se dedica às atividades remuneradas no comércio do município ou no município vizinho, Barreiras. Muitos homens jovens migram sazonalmente para lavouras e usinas de beneficiamento de algodão e cana-de-açúcar, em Barreiras e Luis Eduardo Magalhães.

Em **Tabocas do Brejo Velho (BA)**, segundo informações do Censo 2010 (IBGE), a área urbana no município possui cerca de 4.000 habitantes. Apesar do crescimento de ocupações urbanas aparentemente ser modesto, a principal zona de novas construções se encontra nas faixas marginais da via de acesso ao centro a partir da rodovia BA-172, sentido contrário à LT.

O centro da sede municipal de **Sítio do Mato (BA)** dista cerca de 1.635 m da LT. Na porção norte da AID há uma imediata periferia distribuída ao redor da rodovia BA-161, principal acesso à sede do município. A LT cruza a rodovia, de condições precárias, na zona periférica à sede que possui características de uso rural.

Conforme informação do IBGE (2010), a porção da AID ocupada pela área urbana (centro) é composta por aproximadamente 1.800 habitantes. São pessoas que vivem basicamente do trabalho em atividades comerciais e de serviços estabelecidos da cidade. Outras importantes fontes geradoras de empregos são duas olarias localizadas no extremo norte da AID, localizadas a pouco mais de 2 km da LT.

A imediata periferia localizada ao redor da BA-161 é caracterizada por uma ocupação rural pecuarista. São pequenas propriedades que variam entre 12 e 100 hectares de dimensão, que abrigam aproximadamente 15 famílias.

Acessada pela BA-026, foi identificada a sede do município de **Planaltino (BA)**. Segundo dados do IBGE (2010), na área urbana de Planaltino residem 957 famílias. Atualmente, Planaltino tem como maior empregador a prefeitura, sendo também importantes fontes de renda os benefícios do governo como o Bolsa Família, aposentadorias e pensões.

O comércio da região é composto por supermercados, padarias e lojas de conveniência. Um único posto de combustível atende toda a cidade, e cerca de 30 casas de farinha ainda se mantêm em atividade.

Seguindo a BA-026 chega-se à sede municipal de **Nova Itarana (BA)**. O município tem parte de sua área urbana na AID do empreendimento, toda ela denominada Bairro Centro. Dentro do bairro, as ruas que se encontram em sua totalidade na AID são a Rua da Praia e Rua da Mangueira. Na área do Bairro Centro, que se encontra dentro da AID, foram identificadas, aproximadamente, 150 famílias. Na área urbana, grande parte da população é de funcionários públicos da prefeitura ou aposentados.

A área urbana de **Santa Teresinha (BA)** encontra-se em sua totalidade na AID do empreendimento. Segundo dados do IBGE (2010), esta área é ocupada por 667 famílias. Dentre elas, foram identificadas 130 nas localidades: Loteamento Avenida Brasil, Bairro Itaperi e Loteamento Beto Medrado. Os principais estabelecimentos comerciais são de pequeno e médio porte. As principais atividades econômicas do município são realizadas pela Prefeitura, que é responsável pela geração da maior parte dos empregos no município. Além desta, há também o comércio e as casas de farinha para beneficiamento da mandioca.

Acessada pela BR-242, a **sede do município de Sapeaçu (BA)** encontra-se, em sua totalidade, dentro da AID do empreendimento. O município ainda pode ser acessado pela BR-101 e BR-116. Segundo dados do IBGE (2010), na área urbana do município, residem 2.344 famílias. Estas famílias vivem em lotes que variam entre 300 m² e quatro ha. Os moradores de Sapeaçu trabalham no comércio, na prestação de serviços e como funcionários públicos.

▪ Comunidades Quilombolas

Durante o trabalho de campo na Área de Influência Direta do empreendimento foram identificadas 17 comunidades quilombolas, em diferentes estágios de titulação institucional e autorreconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos. São áreas ocupadas por famílias de descendentes de escravos que possuem laços com os espaços vividos que remetem à sua história e identidade.

É importante notar que os processos de reconhecimento e titulação são relacionados à luta pela terra, o que diz respeito à propriedade legal e à garantia de manejo de seus recursos naturais e vínculos simbólicos com o território.

Essas comunidades se localizam entre os municípios baianos de Igaporã e Milagres, concentradas, sobretudo, nas áreas próximas a Rio de Contas, Caetité e Igaporã. Organizam-se em povoados rurais e se dedicam à agricultura de subsistência. Seus moradores trabalham também como diaristas nas fazendas da vizinhança. Entre esta população, observa-se também a migração, sazonal ou permanente, em busca de trabalho na colheita de cana-de-açúcar, nos estados de São Paulo e Goiás, e de algodão, em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia.

A formação destes núcleos remete aos séculos XVII a XIX, a partir da fuga de negros escravos das grandes fazendas de pecuária e das atividades de mineração.